

# **IGREJAS CATÓLICAS ORIENTAIS NO BRASIL: PRESENÇA, AUTOCOMPREENSÃO, PERSPECTIVAS, DESAFIOS**

*Dom Volodemer Koubetch, OSBM*

## **PRESENÇA**

Pretende-se mostrar brevemente nesta palestra a presença das Igrejas Católicas Orientais, focalizando um pouco mais a Igreja Católica Ucraniana, evidentemente a mais conhecida pelo palestrante, dentro do complexo contexto da imigração de diversos povos ao Brasil, sua riqueza multicultural e significado ao país acolhedor e à Igreja aí atuante, mas também suas ambiguidades e desafios.

O Brasil é um país de uma diversidade impressionante, apresentando contrastes geográficos, sociais e culturais, mas que “formam uma harmonia, que transforma o Brasil em uma terra abençoada por Deus” (Gilberto Freyre) (Khatlab, 205). Desde a sua descoberta oficial pelos portugueses, talvez até bem antes, sempre foi um país de imigração, atraindo e sendo transformado por imigrantes das mais diversas nacionalidades.

O processo migratório ficou mais forte com a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil em 1808, quando Dom João VI permitiu ao governo conceder terras para os estrangeiros, mas principalmente com a abolição da escravatura em 1888, quando se fez necessário estimular a imigração com o objetivo de ter mão-de-obra sobretudo para a agricultura e também para colonizar regiões mais distantes e desabitadas (Khatlab, 206; Batista, 29). A questão é também formulada na hipótese do “branqueamento da população brasileira”, como uma preocupação da elite brasileira em ver na imigração europeia “uma possibilidade de regeneração do povo brasileiro” (Batista, 29-30). O fluxo de imigrantes, vindos da Europa e do oriente, foi intenso durante o século XIX e início do século XX. Depois se prolongou em menor intensidade até a metade do século XX.

Fugindo das guerras, problemas econômicos, miséria, perseguições políticas e religiosas, invasões, inseguranças e decididos a encontrarem dias melhores, os imigrantes desembarcaram na “Terra de Santa Cruz”:

- os suíços-alemães (1819) se instalaram no Rio de Janeiro e fundaram a cidade de Nova Friburgo;

- os alemães (1824) ocuparam o Vale dos rios dos Sinos e Cai e fundaram as cidades de São Leopoldo (RS) e Blumenau (SC); os italianos (1871) se estabeleceram na região serrana do Rio Grande do Sul e em seguida uma parte foi para São Paulo;

- entre os imigrantes sicilianos chegaram alguns cristãos orientais ítalo-albaneses; os austríacos (1884) se instalaram em São Paulo, em cujo grupo incluíam-se os húngaros, na época pertencentes ao Império Húngaro, também incluindo cristãos bizantinos (Khatlab, 206-207);

- os árabes, em sua maioria libaneses e sírios, mas também palestinos, jordanianos, egípcios e outros, genérica e erroneamente designados por “turcos”, provenientes do Oriente Médio, começaram a chegar ao Brasil por volta de 1880, aumentando o fluxo entre as duas grandes guerras e depois com as várias crises nos países de origem; com seus descendentes, atingem aproximadamente 13 milhões de pessoas e marcam presença em todo o território brasileiro, mas tendo maior concentração em São Paulo (Khatlab, 208-209);

- os japoneses chegaram a partir de 1908;

- os armênios chegaram ao Brasil durante a segunda década do século XX, passando pela tragédia do genocídio em 1915 e sendo deportados para os quatro cantos da terra (Khatlab, 209);

- os eslavos, em sua maior parte constituída de imigrantes poloneses, russos e ucranianos (1875-1890), estabeleceram-se em Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Paraná; excetuando os poloneses, que são católicos latinos, os russos (1905, 1918, 1949-1965) e ucranianos na maioria é do Rito Bizantino, sendo católicos e ortodoxos (Khatlab, 207-208);

- os ucranianos, em sua maioria agricultores e católicos do Rito Bizantino, começaram a chegar ao Brasil a partir de 1876; mas a imigração em massa ocorreu em 1895 e 1896, vinda da Galícia, Ucrânia Ocidental, território anexado ao Império Áustro-Húngaro; estabeleceram-se nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e principalmente no Estado do Paraná, inicialmente em Curitiba, Mallet, Ponta Grossa e Prudentópolis (Khatlab, 207; Fedalto, 368); outra leva maior de imigrantes, de espírito nacionalista, chegou após a Primeira Guerra Mundial, predominando o motivo político, pois se pretendia voltar à Ucrânia, quando se tornasse independente; a terceira etapa da imigração ucraniana, formada por operários que trabalharam na Alemanha, prisioneiros de guerra, refugiados políticos e soldados da Primeira Divisão, aconteceu após a Segunda Guerra Mundial (Boruszenko, 9-10).

As dificuldades enfrentadas pelos imigrantes em geral foram muitas e variadas, pois vieram habitar um país totalmente diferente com desenvolvimento mínimo. Os ucranianos da primeira etapa imigratória sofreram com o desconhecimento do idioma e outras tantas diferenças geográficas e culturais; com o despreparo para os novos tipos de trabalho, como a derrubada de matas, a colheita do café, o sistema de plantio de cereais, sem possuir ferramentas adequadas. Foram vítimas da propaganda imigratória inescrupulosa de ofertas mirabolantes realizadas pelo governo brasileiro por meio das companhias de navegação transoceânica (Boruszenko, 8). Enfrentaram também a falta de compreensão de uma parte do clero latino, que não dava importância aos ritos orientais e procurava latinizar todos os seus fiéis (Khatlab, 211).

Comparando com a criação das estruturas canônicas e a nomeação de seus primeiros bispos: Stephen SoterOrtynsky nos Estados Unidos em 1907 e NykytaBudka (beatificado como mártir em 27 de junho de 2001 por João Paulo II) em 1912 no Canadá, os fiéis orientais católicos no Brasil, mais precisamente os Maronitas, Greco-melquitas, Ucranianos, Russos, Romanos, Siríacos e Armênios, muito tardiamente receberam a primeira configuração canônica com a criação do Ordinariato em 14 de novembro de 1951 pelo Papa Pio XII por meio do Decreto “Cum fidelium”, sendo nomeado primeiro Ordinário o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara – Arcebispo do Rio de Janeiro. No dia 25 de maio de 1952 (Khatlab, 213 informa: 13 de abril, domingo de Páscoa), Dom Jaime instalou o sistema de “Vicariatos Gerais”, nomeando Vigários Gerais para as três maiores comunidades: Maronitas, Greco-melquitas e Ucranianos, que tiveram Mons. Clemente Preima como seu primeiro chefe canonicamente constituído. No dia 10 de maio de 1958, o Papa Pio XII nomeou Dom José Romão Martenetz, OSBM – Bispo Auxiliar do Cardeal Câmara.

Positivamente, estudos mostram que a imigração de diversas etnias ao Brasil constituiu uma riqueza em muitos sentidos. Os imigrantes e seus descendentes superaram as dificuldades e evoluíram social e eclesialmente, como os ucranianos que “lutaram com suas forças e formaram comunidades sólidas que até hoje são florescentes no Estado do Paraná principalmente, e testemunham a grande fé em Deus, segredo este que lhes deu forças para vencer todos os obstáculos” (Khatlab, 207).

Cada grupo de imigrantes trouxe ao Brasil algo específico, uma realidade rica e complexa, resistente a uma descrição completa: os “Velhos Crentes” trouxeram o “sentido místico da religião”, os árabes, o “progresso e civilização”, os armênios, a “riqueza cultural e religiosa ao país que os acolheu fraternalmente”. Os imigrantes formaram “uma grande mistura de raças, etnias, costumes; e todos vinham com um objetivo: buscar dias melhores e uma terra onde pudessem viver em paz...”; “eles transformaram este país em uma verdadeira fraternidade de raças”, criando uma “mesa de comunhão pascal” (Claudel), “onde os povos que batalham e se destroem fora do Brasil, aqui se encontram todos em fraternidade, comem o mesmo pão do trabalho e bebem o mesmo vinho dos sofrimentos comuns”... O Brasil “reúne todas as civilizações opostas, latina e germânica, eslava e nipônica, asiática e mediterrânea..., fazem todos viverem como irmãos, ao mesmo tempo que concede a oportunidade de cada civilização guardar seus costumes e tradições para não serem absorvidas, visto sua importância” (Khatlab, 208-210).

Entre todas as características e virtudes dos imigrantes, R. Khatlab destaca a religiosidade: “O que é interessante notar entre os imigrantes é que sempre colocam a religião como centro de

união e de resistência diante de todos os fatores de adaptações. Tudo se pode adaptar, a língua, os costumes, as relações humanas, contudo a religião é que há de mais intocável, pois para cada raça a religião é o que há de mais profundo no seu ser. Desta forma procuram construir seus templos e trazem seus guias espirituais, a fim de que eles possam lhes servir ritualmente, como também ensinar a seus filhos as tradições que são valores sagrados e devem continuar a existir” (Khatlab, 210). Especialmente para o povo ucraniano, o templo, um lugar sagrado de primeira grandeza, faz ligação com outros espaços sagrados e com o tempo sagrado – litúrgico, que, por sua vez, permeia o tempo “profano”, existencial; é “a referência fundamental de sua existência. No templo, sua vida pode se tornar mais sagrada e santa, na linguagem cristã oriental – mais divinizada ou deificada e, por isso mesmo, mas elevada do ponto de vista moral” (Koubetch in Batista, 14). Essa vivência produz um elevado senso de pertença à Igreja e à comunidade paroquial.

Segundo D. Pierre Mouallem, que foi Eparca Melquita do Brasil, lembrando os documentos do Concílio Vaticano II sobre as Igrejas Orientais, as referentes Cartas Apostólicas de João Paulo II e o conseqüente progresso ecumênico, essas Igrejas há muito tempo esquecidas ou desconhecidas no Ocidente “são agora o centro de interesse maior na Igreja Latina”. João Paulo II “chama toda a Igreja para voltar-se às fontes do cristianismo e às tradições apostólicas, tão bem-conservadas nas Igrejas Orientais. ... Cerca de 8 milhões de fiéis ou descendentes de fiéis dessas Igrejas Orientais vivem no Brasil. O Brasil quase os ignorava: teologia, liturgia, espiritualidade, história, arte iconográfica, música sagrada, tudo era quase completamente desconhecido”, completa D. Pierre (Khatlab, 7-8).

Os fiéis católicos orientais no Brasil estão agrupados em três ritos: Rito Bizantino: Igreja Greco-melquita, Igreja Ucraniana, Comunidade Russa, Igreja Ítalo-albanesa; Rito Armênio: Igreja Armênia; Rito Antioqueno: Igreja Maronita, Igreja Siríaca (Khatlab, 212). Dessas Igrejas, quatro possuem maior estrutura e visibilidade: a Eparquia Greco-melquita com Dom Joseph Gébara, o Exarcado Armênio com Dom Vartan Waldir Borghossian, a Eparquia Maronita com Dom Edgard Madi e a Arquieparquia Ucraniana com Dom Volodemer Koubetch, OSBM, cuja elevação canônica foi promulgada pelo Papa Francisco no dia 12 de maio deste ano com a bula “*Attentadeliberatione*”. Na ocasião, foi criada mais uma Eparquia Nossa Senhora Imaculada Conceição e nomeação do primeiro Eparca Dom Meron Mazur, OSBM, com sede em Prudentópolis.

A fim de viver realmente a catolicidade – universalidade da fé cristã, a Igreja quer ela respire com os “dois pulmões”: o pulmão oriental e o pulmão ocidental. Regionalmente, como no caso da Igreja Católica Ucraniana no Paraná, atuando em harmonia com a CNBB, a Igreja já respira com os dois pulmões. Mas essa constatação parece não se confirmar de fato na totalidade das Igrejas Católicas Orientais, que estão presentes e atuantes nesse imenso país continental, mas cada uma de forma isolada, até mesmo fechada, sendo desconhecidas entre si, e enfrentando diversos problemas do mundo contemporâneo: assimilação, perda da identidade, secularização... Por isso, além de se esforçar no cultivo de sua identidade própria – cristã, católica e oriental, essas Igrejas precisam trabalhar no sentido de uma identidade comum e em conjunto, ou seja, em união e comunhão, para fortalecer o “pulmão oriental” de que necessita a Igreja.

#### **Fontes:**

BORUSZENKO, Oksana. *Os ucranianos*. Boletim Informativo da Casa Romário Martins, v. 22, n. 108, outubro 1995.

BATISTA, Fábio Domingos e outros. *Igrejas Ucranianas: Arquitetura da Imigração no Paraná*. Curitiba: Instituto Arquibrasil, 2009.

FEDALTO, Dom Pedro Antônio Marchetti. *História da Igreja no Paraná*. Curitiba: Regional Sul 2 da CNBB, 2014.

KHATLAB, Roberto. *As Igrejas Orientais Católicas e Ortodoxas: tradições vivas*. São Paulo: Edições Ave Maria, 1997.

Parece ser muito difícil encarar a abordagem sugerida. Estando na situação de comodismo cuidar exclusivamente doseu “mundo” particular e específico – sua comunidade, sua capela, sua colônia, sua paróquia, sua ordem religiosa, sua congregação, sua eparquia, seus movimentos, suas pastorais – falta certa habilidade e até mesmo coragem para examinar e interagir com uma realidade muito maisdesafiadora, abrangente, exigente e rica, além das suas próprias fronteiras,em geral fortemente fechadas: a bastante complexa realidade das Igrejas Orientais no Brasil – Ortodoxas e Católicas.

Com o impulso do presente simpósio a uma reflexão conjunta, espera-se contribuir ao menos um pouco na busca de uma visão realista e objetiva da nossa realidade eclesial, com o intuito de fortalecer as nossas respectivas instituições e poder prosseguir a nossa história, produzindo frutos do Reino e um serviço (diaconia) melhor à Igreja de Cristo e também à humanidade.

Nesta colocação, será invertida a ordem dos elementos propostos: 1) autocompreensão, 2) desafios e 3) perspectivas, em cujas linhas tenta-se apontar alguns delineamentos de ação concreta.

## **AUTOCOMPREENSÃO**

Compreender a si mesmo, situado em seu próprio ambiente vital e existencial é algo fundamental para continuar a vida e a existência humana de forma qualificada, produtiva, podendo trabalhar mais eficazmente, interagir e progredir em todos os sentidos. Seria o mesmo que autoconsciência – consciência de si. A autocompreensão e autoconsciência autêntica levam necessariamente à crítica e autocrítica, propiciando-lhe maior legitimidade e depois eficiência, produtividade. Mas qual é o conteúdo central da autocompreensão? Pode ser a consciência do passado histórico e da realidade presente, racional e criticamente elaborada, a partir da qual se construiria o futuro. Ninguém faz algo a partir do nada. Mas parece que o conceito de identidade responde melhor à questão, pois na identidade pessoal e social está embutida a consciência histórica. Autocompreender-se e ter consciência de si, é buscar a própria identidade, no nosso caso, a identidade histórica, étnica, cultural, religiosa, espiritual, moral, eclesial e teológica. Evidentemente,o nosso foco é a autocompreensão eclesial.

A Igreja Católica Ucrâniana no Brasil conta com uma história de mais de 120 anos, com suas dificuldades contextuais próprias, ganhos e perdas, equívocos e ambiguidades, acertos e desacertos, os quais não é o momento de analisá-los e evidenciá-los; são simplesmente lembrados para a autoconsciência e autocrítica geral. Como exemplos positivos, temos: as boas estruturas paroquiais; a dedicação da ordem basiliana, das congregações religiosas femininas e do instituto secular nos trabalhos pastorais; a pastoral catequética; o trabalho dos Conselhos Administrativos Paroquiais; a missão espiritual de movimentos eclesiais, como o Apostolado da Oração entre os adultos, a Congregação Mariana entre os jovens, o Movimento Eucarístico Jovem entre os adolescentes. Os elementos preocupantes são: para muitos celebrar a Divina Liturgia em português significa abandonar o rito e a cultura ucraniana; a falta de recursos humanos e financeiros; a acelerada assimilação – somos uma minoria em um oceano multicultural, muito diferente das nossas matrizes culturais; o hibridismo litúrgico – nossa práticalitúrgica deixa-se influenciar muito facilmente pelos elementos do rito latino; a falta de discernimento e senso de pertença à Eparquia – muita gente tem vergonha de ser membro da Igreja oriental; outros, por falta de instrução, por indiferença ou ainda comodidade, frequentam a Igreja latina mais próxima,porque “Deus é um só”, “tudo é a mesma coisa”; a diminuição das vocações sacerdotais e à vida consagrada; a insuficiente formação presbiteral, inclusive do ponto de vista teológico e, mais ainda, do ponto de vista oriental; a falta de líderes leigos.

Essa é uma descrição da consciência real da realidade eclesial “ad intra” de uma Igreja específica – a Igreja Católica Ucrâniana. É muito pouco conhecida a realidade interna de outras igrejas, tanto católicas como ortodoxas. Quando se dirige o olhar “ad extra”, imediatamente nota-se o isolacionismo, o que anula e impede a autoconsciência e ação coletiva. Nos últimos anos, adotou-se a prática de participar das Assembleias da CNBB, a regional dos Bispos do Paraná e a geral de

todos os Bispos do Brasil. A CNBB, regional e geral, em princípio congrega também as Igrejas Orientais no Brasil; mas, na prática, a participação oriental na Assembleia Geral é simplesmente medíocre. Ou seja: como coletividade eclesial oriental somos muito fracos.

Em tal contexto, torna-se difícil pensar em algo maior: possibilidade de integração e colaboração, que se concretizaria numa determinada ação conjunta, ao menos em nível católico. E se as coisas não vão tão bem “ad intra”, no âmbito especificadas Igrejas Orientais Católicas, o que dizer “ad extra” sobre a aproximação e o diálogo ecumênico com os nossos irmãos ortodoxos e protestantes?

## **DESAFIOS**

O que foi relatado acima, descrevendo sem maquiagem ou eufemismo a realidade concreta, já dá o tom altamente desafiador da presente temática. As dificuldades e os desafios realmente são enormes e até amedrontadores.

Outros questionamentos podem desvelar ainda mais a atual problemática: Como ser orientais fora da origem geográfica oriental? Como manter a identidade oriental na situação de “diáspora”. É correto falar sobre a nossa situação eclesial além dos contornos geográficos centrais em termos de “diáspora”? Conceitos como “patriotismo” cabem no discurso sobre a vida eclesial em contexto de “diáspora”? Como trabalhar a enculturação do rito? Como conter a assimilação? É possível contê-la? Como?

Compreender-se como uma igreja cristã católica oriental bizantina ucraniana brasileira: o que isso significa? É no último adjetivo que as coisas se encaixam ou se embaralham. De qualquer forma, precisamos sempre mais trabalhar a nossa identidade. Mas estamos falando sobre Igrejas Orientais Católicas e Ortodoxas no Brasil, onde precisamos buscar uma autocompreensão comum. Já a buscamos alguma vez? Quando? De que forma? O que fazer para um trabalho comum mais eficaz e para a unidade “ad intra” entre as eparquias orientais brasileiras? O que fazer “ad extra” em termos de ecumenismo?

## **PERSPECTIVAS**

Se é a primeira vez que, num simpósio, estamos buscando conjuntamente a nossa autocompreensão, qual é o princípio ou conceito que poderia nos encaminhar nessa tarefa?

Sem dúvida, o conhecimento é um deles: o conhecimento da dignidade, pois todas “estas Igrejas têm a mesma dignidade, de tal maneira que nenhuma delas está à frente das demais por razão de rito” (OE 3); o conhecimento mútuo, com a consequente colaboração, visando concretizar a vontade de Cristo para que realmente “todos sejam um” (Jo 17,21), ou seja, Cristo propõe e quer a união, a unidade.

Conhecer as riquezas do Oriente cristão, tanto ortodoxo como católico, sem dúvida aumentará e configurará melhor identidade de cada Igreja e certamente facilitará o compromisso ecumênico, abrindo um caminho mais largo e mais suave do caminho da unidade em todo o povo de Deus, fiéis e pastores.

O presente simpósio leva a acreditar, ao menos em nível acadêmico, sob as luzes do Espírito, que ele pode se constituir numa primeira iniciativa muito valiosa no sentido de fazer imediatamente um esforço de aproximação, confluência de energias e ideias, e de encubar planos ou projetos a fim de fortalecer e integrar as Igrejas Orientais no Brasil.